

Um Programa de Pós-Graduação em Educação Especial; a Perspectiva dos Professores

TÁRCIA REGINA DA SILVEIRA DIAS

Professora do Programa do Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos

LUCI LEAL MELO SILVA ¹

Mestranda do Programa do Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos

¹ As autoras agradecem a participação de Martha He-loísa César Cardia pela colaboração na fase de coleta e análise dos dados.

A prática em Educação Especial, instituída socialmente nas escolas, famílias e serviços, deve ser objeto de pesquisa. Tais pesquisas podem estar voltadas, predominantemente, para a avaliação e reformulação de tais práticas com base em conhecimento produzido por estudos científicos.

Exemplos de professores/orientadores do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPG-EES) e que tomaram a própria prática como objeto de estudo podem ser vistos nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na UFSCar (Duran, Torrezan, Goyos e Tunes, 1985; Dias, Goyos, Ferrari, Dall'Alba, Santos e Omote, 1987; e Goyos e Dias, 1988).

O PPG-EES, desde a sua organização em 1978, sofreu diversas modificações, visando reajustá-lo em função do seu próprio desenvolvimento e de novas condições, incluindo mudanças no corpo docente e a administração de crises.

Muitas dessas reformulações decorreram das pesquisas mencionadas. A atitude dos professores/orientadores em Educação Especial de tomarem a sua prática como objeto de pesquisa, para subsidiar reflexões sobre essa própria prática, tem sido útil para o desenvolvimento do PPG-EES e gerado um certo conforto quanto à proposição de mudanças.

QUADRO I. Categorias de professores e/ou orientadores do PPG-EES

15 Professores/ orientadores	Incorporados aos Núcleos de Pesquisa	Contratados pela UFSCar (Do CECH ou de outros Centros)
8 Credenciados e atuantes	Incorporados aos Núcleos de Pesquisa	Contratados por outras Universidades ou ministrando disciplinas
9 Credenciados aos Núcleos de Pesquisa e sem ministrar disciplinas	Não incorporados	Contratados pela UFSCar ou por outras Universidades

O estudo que vamos descrever foi realizado em 1988. É importante salientar que nessa época o Mestrado estava buscando avaliar-se e nossa pesquisa procurou contribuir para tal processo, facilitando aprofundar a discussão quanto aos aspectos relacionados à sua estrutura e ao seu funcionamento do PPG-EES, visando extrair indicadores para uma correção do processo a nível interno, com base em conhecimento produzido por seus agentes/usuários. Configura-se, portanto, em uma avaliação independente dos sistemas externos — propostos pelas agências e/ou órgãos governamentais, ainda quando os mesmos são mediados por cientistas da área ou de áreas afins.

Para iniciar tal tarefa, pareceu oportuno ouvir, primeiramente, a opinião dos professores/orientadores, para conhecer, a partir de suas perspectivas, os aspectos positivos e negativos — aqueles supostamente a serem mantidos e aqueles supostamente a serem modificados — da estrutura e do funcionamento do Programa, os quais haviam sido resultados de propostas e mudanças, implementadas em diversos momentos, ao longo de seus dez anos de organização.

De início, é importante colocar que o estudo apresentado deve ser visto como limitado porque chega a favorecer o levantamento de problemas, sem, contudo, apontar a direção para solucionar muitos deles. Possibilitou a identificação e discussão de problemas, sem delinear os pressupostos que servissem de base para a tomada de decisão de professores/orientadores. Tais pressupostos deveriam, a nosso ver, estar pautados nas funções da Pós-Graduação em Educação Especial no Brasil e nos efeitos sociais de tal

formação. Além disso, não permitiu adotar uma posição crítica sobre a validade da estrutura e do funcionamento, estudados, do Programa, tendo em vista a questão geral da Pós-Graduação em Educação no país.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos professores optamos por realizar a análise de seus relatos, tomados em entrevistas individuais centradas em quatro aspectos principais da estrutura e do funcionamento do PPG-EES:

- . Procedimentos para seleção de alunos.
- . Estrutura do Programa quanto às disciplinas.
- . Estrutura do Programa quanto às condições necessárias para a produção da dissertação.
- . Ciclo de Estudos.

MÉTODO

Participante. Foram entrevistados dez professores/orientadores, contratados pela UFSCar. O Quadro 1 mostra as diversas categorias de professores e/ou orientadores vinculados ao PPG-EES.

Procedimento. Tal como apresentado no Quadro 2 essas dez entrevistas foram gravadas e transcritas. Foi elaborado um resumo de cada entrevista e realizada a decomposição das falas dos professores, ressaltando os vários

QUADRO 2. Procedimento Geral

I. Análise do relato de professores/orientadores contratados pela UFSCar.

ENTREVISTAS INDIVIDUAIS	Objetivo:	extrair indicadores sobre os aspectos positivos e negativos do PPG-EES (aqueles supostamente a serem mantidos ou modificados), segundo a perspectiva do corpo docente
Centradas em quatro aspectos principais de estrutura e de funcionamento do Programa		Transcrição Resumo
ANÁLISE DO RELATO	Etapas:	Decomposição das falas (de cada entrevista individual Reintegração (no total das falas de todos os professores) Sínteses (principais referências e relações entre falas em cada um dos aspectos considerados)

elementos relacionados aos aspectos principais da estrutura e do funcionamento do Programa, já considerados. Esses elementos decompostos foram reintegrados no conteúdo extraído do total das entrevistas e foi elaborada uma síntese sobre cada tema tratado. As sínteses gerais foram empregadas como material/base para discussões internas, no interior do corpo docente, fórum onde os professores puderam contribuir com as suas opiniões, de maneira geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Passaremos, agora, a ilustrar alguns pontos levantados pelos professores a partir dos dados das entrevistas. Os dados que fundamentaram as sínteses apresentadas foram selecionados entre aqueles disponíveis nas composições das falas dos professores. Na verdade, referem-se aos mais mencionados, entre entrevistados, e aos considerados mais relevantes e oportunos segundo o julgamento de dois dos pesquisadores.

O primeiro ponto tratado foi o Procedimento de Seleção (Quadro 3). Esse procedimento foi considerado bom e simpático, principalmente por excluir o inconveniente de provas escritas tidas como artificiais, anti-econômicas e de pouca sensibilidade para a avaliação do aluno. Ao mesmo tempo, detectou-se a necessidade de revisão de alguns dos instrumentos de seleção, a fim de possibilitar a percepção de alunos com repertórios mais afinados para acompanhar as atividades do Programa. Uma das sugestões para a revisão desses instrumentos foi o desenvolvimento de estudos que permitissem definir o perfil do aluno, potencialmente capaz de participar do Programa, e a partir daí repensar o processo de seleção.

Considerou-se, adicionalmente, que os procedimentos de seleção deveriam permitir explorar também o repertório escrito dos alunos. Mencionou-se, nesse caso, a possibilidade de o aluno vir a produzir algum material escrito, em situação de seleção, de maneira a mostrar sua capacidade em estruturar um texto escrito.

O Exame de Inglês foi um dos aspectos mais mencionados. O conhecimento do inglês (principalmente em leitura) foi tido como fundamental para o aluno ter acesso à literatura básica, manter-se atualizado na área e prosseguir como pesquisador. O inglês, hoje, é uma língua universal que possibilita o intercâmbio internacional na área.

Ler inglês foi visto como uma das condições necessárias para cumprir os créditos em disciplinas. Os cursos, segundo o professor/orientador, ficam muito prejudicados quando os alunos não sabem inglês.

Devido a esses motivos, sugeriu-se que os alunos pudessem demonstrar proficiência em inglês rapidamente, enquanto ainda estivessem cursando as disciplinas e necessitassem ler em inglês. Mencionou-se também a possibilidade do Programa criar condições para o aluno aumentar a sua

QUADRO 3. Procedimentos para seleção de alunos.

1. Curriculum vitae
 2. Justificativa por ter escolhido determinadas áreas de pesquisa
 3. Intenção de Pesquisa
 4. Exame de Inglês
 5. Entrevista com os orientadores
 - O aluno pode se matricular em duas áreas de pesquisa (esclarecendo a preferência pelas opções)
 - O aluno se matricula com base no Manual Informativo e Conversas com os orientadores
 - Logo após a seleção já é definido o orientador
-

competência, no idioma, o mais rápido possível. O inglês, neste caso, também seria uma das habilidades oferecidas pelo Programa.

Relatar a Intenção de Pesquisa também foi relacionado como um dos aspectos positivos do processo de seleção, principalmente por revelar o nível de comprometimento do aluno com a Educação Especial e facilitar a sua orientação para uma das várias possibilidades do Programa. Além disso, garantiria que o investimento no aluno pudesse ser revertido à sociedade no setor de sua formação.

Além disso, ressaltou-se também a urgência de rever o procedimento para definir o limite de vagas em cada ano (houve seleção com aprovação de mais de 20 alunos), de maneira a maximizar o aproveitamento dos candidatos na seleção sem, contudo, prejudicar as condições de ensino-aprendizagem e comprometer o número de ingressos em seleções posteriores. Repensar o número de vagas compreendido como uma maneira de repensar a relação orientador/orientando, considerando esta como ótima quando por volta de quatro ou cinco orientandos por orientador.

Um outro aspecto bastante considerado pelos professores foi o de reformular o Manual de Seleção, de forma a esclarecer aos candidatos os objetivos de um curso de pós-graduação, conduzindo, seguramente, às distinções entre Especialização e Mestrado. Na perspectiva desses professores, muitos candidatos buscam o Mestrado visando a Especialização e acabam se decepcionando com o Curso. Um curso de Mestrado estaria mais dirigido à formação do docente/pesquisador de 3o grau. Um curso de Especialização já estaria mais voltado ao aperfeiçoamento do serviço e da prática em Educação Especial, em vários níveis. Além disso, muitos não chegam a captar a importância de se investir na formação em Educação Especial.

Com relação à Estrutura do Programa quanto às Disciplinas houve referên-

QUADRO 4. Disciplinas ministradas no PPG-EES no período de 1986 a 1988.

INTRODUTÓRIO

Filosofia da Ciência

Conceitos Fundamentais em Educação Especial: Análise Crítica

Educação Especial no Brasil

FUNDAMENTAL

Ensino

Análise de Planejamento de Ensino

Desenvolvimento e Avaliação de Ensino na Universidade

Pesquisa (Bloco 1)

Prática de Pesquisa I

Prática de Pesquisa II

Prática de Pesquisa III

Prática de Pesquisa IV

Pesquisa (Bloco 2)

M.T.P. Delineamento de Pesquisa para situações de intervenção em Educação e Psicologia *

M.T.P. Ensino em Educação Especial

M.T.P. Delineamento de Pesquisa Experimental de sujeito como seu próprio controle

M.T.P. Procedimentos de Observação Indireta

M.T.P. Observação Naturalística e Descrição do Comportamento Humano

M.T.P. Ensino do Deficiente Mental

Pesquisa (Bloco 3)

Estudos Avançados: Profissionalização do Deficiente Mental

Estudos Avançados: Controle de Estímulos no Deficiente Mental

Estudos Avançados: Seminários sobre Interação Humana

Estudos Avançados: Análise do Comportamento Verbal

Estudos Avançados: Aprendizagem de Leitura em Crianças Normais e Deficientes Mentais

Complementar

Atendimento de Criança Excepcional na Comunidade *

Cérebro e Comportamento: Tópicos em Neuroanatomia Funcional *

Comportamento Verbal: Análise do Contexto nas Relações Verbais *

Análise Comportamental da Aprendizagem

Prevenção da Excepcionalidade

Aspectos Cognitivos do Pré-Escolar e Atividades Lúdicas

* Professores visitantes.

cias à Grade Curricular, Sistema de Créditos e Complementação à Formação do Aluno.

As revisões da Grade Curricular (Quadro 4) foram sugeridas para ampliar os conteúdos na área de concentração e atender as exigências atuais de formação do profissional.

Essas revisões deveriam ser pautadas, principalmente, em estudos sobre as habilidades e necessidades em Educação Especial. Além disso, as revisões também foram vistas como parte de um processo de redefinições dos objetivos e prioridades do PPG-EES. Outras mais foram feitas para possibilitar a formação mais homogênea (equivalente) de todos os alunos; ou, ao contrário, para auxiliar a composição de currículos mais abertos (menos equivalentes entre alunos). Aqui, nesse último caso, aparece um exemplo de duas posições francamente antagônicas quanto ao tipo de formação a ser oferecida ao aluno e que só poderia ser esclarecida em função de se chegar a um ponto de vista comum sobre o que faz e o que deveria fazer um profissional em Educação Especial, tendo por base estudos específicos.

Mencionou-se também que muitos dos problemas detectados nas atividades e disciplinas da Grade Curricular se deve ao fato dessas atividades e disciplinas não terem adquirido uma estruturação correspondente às atividades vigentes no Programa, vale dizer, a relação entre planejamento e implementação.

Sugeriu-se a criação das disciplinas Estatística, História do Conceito de Deficiência Mental, Sociologia das Instituições, Aspectos Genéticos da Deficiência Mental, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Desenvolvimento da Linguagem. A inclusão de tais disciplinas parece depender, também, de uma melhor compreensão sobre quem é o Educador Especial. Foi proposta, adicionalmente, a ampliação do quadro docente, aproveitando recursos humanos da própria UFSCar. Mencionou-se a necessidade do Programa criar condições para os alunos realizarem projetos de pesquisa coletivamente, (neste caso, a dissertação deixaria de ser um trabalho exaustivo e individual), expressarem-se em linguagem escrita de forma adequada e serem capazes de aplicar o conhecimento de ciências básicas capacitando-os a avaliar e reformular a própria prática — sem conhecimento dos princípios básicos que norteiam os modelos educativos é impossível a autonomia do educador).

Quanto ao número de créditos em disciplinas, houve referências aos alunos precisarem cumprir carga horária semanal excessiva (3 ou 4 disciplinas por semestre), exigindo dedicação integral ao Programa e dificultando o desenvolvimento de atividades adicionais: quer por razões econômicas, quer por razões de nivelamento. A carga horária, neste caso, deveria ser estabelecida a partir de se conhecer quem é o aluno do mestrado, predominantemente as suas necessidades para desenvolver os projetos e adquirir repertórios básicos.

Ainda relativo aos créditos, considerou-se a possibilidade de redução do número dos obrigatórios, proporcionando organização mais livre dos currículos em função dos interesses específicos de cada aluno. Além desses aspectos, sugeriu-se transformar em créditos a participação em projetos de pesquisa dos professores, uma vez que os alunos estariam aprendendo a investigar, ampliando o treino decorrente da realização de seus projetos individuais.

Relacionado com o item Estrutura quanto às Disciplinas, várias propostas visaram Complementar a Formação do Aluno em duas direções principais: criando e/ou repensando conteúdos de disciplinas específicas, e promovendo serviços e convênios que favorecem ao aluno exercer atividade profissional sob supervisão. A promoção de serviços e convênios garantiria o contato do aluno com diversas possibilidades de práticas em Educação Especial no Brasil.

Em linhas gerais, foram aventadas complementações curriculares relativas a:

1. Ampliar o treino do aluno em habilidades gerais envolvidas no pesquisar, predominantemente quanto a formação em estatística e ao desenvolvimento supervisionado de intervenção direta com o deficiente mental; ou em instituições. Tais intervenções deveriam ser acompanhadas de uma reflexão sobre onde e como intervir, assim como sobre os efeitos sociais de tais intervenções;
2. Propiciar o intercâmbio entre mestrandos e pessoas que trabalham em importantes setores da Educação Especial no Brasil de modo a manter o aluno sempre atualizado sobre a ação desses setores e sobre recursos disponíveis na área, além de torná-lo capaz de compreender a política implementada por esses organismos no Brasil.

A criação de serviços e convênios cumpriria as múltiplas funções de atender as demandas da comunidade, treinar o aluno no exercício profissional sob supervisão, criar novas necessidades relativas à área na comunidade e ampliar o mercado de trabalho do Educador Especial.

Mencionou-se também a importância de uma reflexão sobre essa prestação de serviços. Se seria um serviço da Universidade, com organização relativamente artificial; ou se seria uma integração a serviços da comunidade, como realmente se estruturavam, cujo objetivo seria o de contribuir para a melhoria dos mesmos. Esse impasse só poderá ser superado, a nosso ver, mediante o esclarecimento das funções da Universidade e de suas relações com a comunidade em geral.

Um elemento básico na Proposta de Reformulação de 1985 foi a organização de docentes e alunos em Núcleos de Pesquisa, compostos em função de uma linha de investigação comum. A nucleação teve os objetivos de:

- 1) facilitar o desenvolvimento de projetos grupais ou individuais, de professores ou alunos; e

- 2) facilitar a formação de novos pesquisadores, na referida linha. Esses objetivos seriam alcançados pela maximização dos recursos humanos, onde todos os envolvidos em um tipo determinado de investigação colaborariam para o desenvolvimento de estudos particulares.

Os trabalhos articulados nos Núcleos visaram, em geral, auxiliar a realização de Dissertações do Mestrado (projetos de alunos ligados a uma determinada linha de pesquisa).

Antes de mencionar os elementos considerados na nucleação, sugeriu-se que é importante uma reflexão cuidadosa sobre o processo de implementação da Proposta de Reformulação, tal como sugerido em entrevistas. Esta reflexão deveria ocorrer principalmente pautada nos argumentos dispostos a seguir.

Possivelmente, grande parte das idéias reunidas na Proposta de Reformulação (1985) não tenham sido totalmente implementadas e a nucleação atual, nesse caso, representaria um ponto de desenvolvimento ainda distante do ideal proposto.

Para averiguar a correspondência entre estrutura vigente nos Núcleos e Proposta de Base de Reformulação do Programa seria preciso esclarecer, primeiramente, as questões abaixo:

1. A nucleação, iniciada de modo mais ou menos arbitrário, efetivamente se instalou?
2. A nucleação se instalou, mas se desenvolveu como esperado?
3. O Núcleo adquiriu uma identidade própria?
4. O Núcleo se transformou e se redefiniu?
5. Houve alguns ajustes e desenvolvimento?
6. O Núcleo permaneceu com características mais formais de organização do que de fato em funcionamento?
7. O Núcleo está estruturado como um pequeno setor do Programa?

Além dessas, deve-se ter em pauta também que muitas das dificuldades para a implementação da Proposta parecem advir de condições internas e externas ao PPG-EES, principalmente aquelas relacionadas a limitações do Departamento, do qual o Programa tem dependido basicamente.

Durante as entrevistas, percebeu-se que os Núcleos pareciam estar funcionando bastante isolados uns dos outros. Os professores ouvidos não pareceram em condições de captar o processo de nucleação como um todo. Embora muitas questões gerais relevantes tenham sido abordadas, muito pouco ou quase nada, pôde-se constatar sobre elas para cada um dos Núcleos em particular. Os discursos, mesmo de caráter global, pareceram se basear no funcionamento do Núcleo específico ao qual o professor se encontrava vinculado.

Em síntese, qualquer avaliação do processo de nucleação parece exigir, antes de mais nada, que se saiba como os diversos Núcleos estavam efetivamente funcionando.

Feitas essas considerações, vale mencionar que alguns professores consideram que a forma decorrente de Orientação era boa, porque o projeto de pesquisa do aluno vinha sendo supervisionado duplamente. Questões mais específicas eram tratadas entre orientador/orientando, e os aspectos mais amplos, discutidos nos Seminários dos Núcleos.

As atividades nos Núcleos deixavam perceber uma certa continuidade entre os estudos realizados, perdendo, em consequência, a visão tradicional da Dissertação de Mestrado como uma atividade isolada e de caráter individual estrito. No desenvolvimento de uma Dissertação, auxiliavam o orientador e mais um pessoal de apoio - outros professores e alunos - que investigavam, com metodologia semelhante, temas (ou problemas) afins. Essa produção partilhada favoreceu a introdução precoce do aluno ao seu problema de pesquisa, fato visto como positivo para muito dos professores. Para outros, a nucleação apresentava aspectos bons mas, ao mesmo tempo, estava gerando uma fragmentação do corpo docente. Era necessário que se evitasse esse esfacelamento de alguma forma, integrando mais as atividades entre Núcleos e tornando-os mais flexíveis. Nesse sentido, sugeriu-se que a integração entre os Núcleos fosse mediada, formalmente, pela Coordenação e, simultaneamente, que se buscasse ampliar o percentual de formação comum aos vários alunos. Outros, contudo, viam o caminho de integração formal como pouco promissor, tendendo a uma posição de deixar que as inter-relações fossem espontaneamente promovidas pelos integrantes dos Núcleos. Sob esse aspecto percebeu-se, com base nos relatos dos professores, pontos de vista opostos, indicando que era oportuno promover debates para elucidar os pontos negativos e positivos de ambos os caminhos antagônicos e tentar extrair um procedimento provisório a ser testado.

Outras posições divergentes foram detectadas quanto ao momento adequado para o aluno definir o Projeto de Pesquisa.

Alguns acreditam que a preocupação precoce com a Dissertação é positiva e que o prazo para a realização do projeto deve ser ainda menor. Outros, entretanto, consideram que o envolvimento muito rápido com o projeto de Dissertação acabava limitando o aluno em uma certa área e dificultando o desenvolvimento das disciplinas porque interferia com os objetivos propostos para muitas das partes práticas, as quais visavam ampliar a compreensão do aluno sobre: o pesquisar, pensar em áreas de investigação, levantar problemas, etc... Os objetivos de um Mestrado devem ultrapassar a mera realização de um projeto, ou estudo, pretendendo habilitar o aluno a produzir conhecimento numa certa área. Hoje os últimos argumentos parecem que devem ser desconsiderados, uma vez que os órgãos financiadores de pesquisa, a nível de demanda social, estão exigindo menor prazo para terminar o mestrado.

Vale a pena mencionar também as percepções homogêneas dos docentes quanto ao Exame de Qualificação. Em todas as referências o Exame

de Qualificação deveria ser mantido, a exceção de ajustar a distância entre ele e a Defesa de Dissertação. Esse ajuste deveria ser feito de tal maneira que o aluno pudesse aproveitar as sugestões da banca no seu projeto, melhorando o nível do trabalho. Alguns sugeriram a possibilidade do Comitê, de os examinadores continuarem atendendo o aluno, dando sugestões, e acompanhando o projeto durante o período que vai da Qualificação até a Defesa.

Quanto à Defesa, propriamente dita, houve manifestação de aumentar a divulgação das mesmas e buscar meios de transformar o ritual meramente formal em um fórum de debates e oportunidade para outros alunos aprenderem. Além disso, aventou-se a possibilidade de utilizar apenas as menções aprovado e reprovado para eliminar competições desnecessárias. Considerou-se também a importância de realizar essa modificação com cautela para evitar queda no nível das Dissertações, em suas qualidades.

O Ciclo de Estudos sobre Deficiência Mental foi tomado por todos os entrevistados como um evento importante, a ser mantido.

Detectou-se, contudo, duas tendências contrárias nas verbalizações dos professores: uma delas se referiu a ampliar ainda mais o Ciclo, divulgando-o nacionalmente e garantindo-o como um fórum de integração de pessoas na área, de todo o Brasil ou mesmo do Exterior. Dentro ainda desta tendência, aparecem sugestões na direção de diversificação e ampliação com cuidado, de maneira a manter a identidade do Ciclo e evitar torná-lo muito grande com o efeito de dificultar o contato dos participantes com a produção científica apresentada.

Uma outra tendência percebida foi no sentido de manter o Ciclo, fortalecendo e destacando, especialmente, a participação de alunos e ex-alunos.

CONCLUSÕES

Muitas das questões examinadas nas falas dos professores/orientadores serviram de base para a reestruturação do Programa no ano de 1990, mostrando que um levantamento de dados, como este, pode apontar direções e possíveis alternativas para resolução de problemas desses sistemas institucionais. Esses resultados confirmaram, também, a necessidade de fazer constantes avaliações do Programa.

Como já havia um clima propício para mudança devido à crise interna provocada pela reestruturação do corpo docente, o Programa tratou de modificar o Sistema de Seleção, introduzindo uma Prova Escrita para verificar a capacidade do aluno estruturar um texto; criou-se condição para que as sugestões quanto ao Exame de Inglês fossem implementadas; reformulou-se o Manual de Seleção sem, no entanto assegurar as distinções entre Especialização e Mestrado; criaram-se as disciplinas Estatística em Educação Especial, Fundamentos da Educação Brasileira e Bases Genéticas

da Deficiência e, complementou-se uma outra com uma prática supervisionada de intervenção direta com o Deficiente Mental, modificando, portanto, a Grade Curricular. Tem-se procurado, também, reativar antigos convênios.

Muitas das questões relativas à nucleação permanecem não respondidas, mas os professores/orientadores e alunos passaram a se articular em torno de Projetos de Pesquisa e criou-se Seminários de Pesquisa com coordenadores móveis, orientação conjunta, mas flexível, em substituição às Práticas de Pesquisa (que incluíam orientações individuais e seminários dos Núcleos). A Comissão de Bolsas do Programa está propondo aos orientadores indicarem assessores internos ou externos que possam colaborar nos seus trabalhos junto aos alunos que recebem Bolsa de Demanda Social. Tal colaboração facilitaria o trabalho da Comissão, eximindo-a de dar parecer a projetos fora das áreas de atuação de seus integrantes, promoveria o intercâmbio intra e inter-institucional e a cooperação entre cientistas de áreas afins, dentro de um sistema, também, mais flexível. Também estão sendo articulados Seminários Gerais de Pesquisa entre professores e alunos. Atualmente estão sendo estruturados Seminários Gerais de Pesquisa entre professores e alunos. Na seleção, foram mantidos os relatos de intenção de pesquisa. Até o momento não houve mudança no número de créditos em disciplina, mas pretende-se, brevemente, estudar esse problema. Outros serviços junto à população de São Carlos, estão sendo criados (Aconselhamento Genético, por exemplo).

O Exame de Qualificação foi alterado incentivando-se maior prazo entre ele e a defesa. O sistema de defesa permaneceu inalterado. A natureza do Ciclo de Estudos sobre Deficiência Mental está sendo examinada. A proposta atual é a organização de seminários internos alternados com um Ciclo a nível nacional (incluindo publicações).

Atualmente, com as disposições da CAPES e CNPq, a polêmica entre definição precoce do Projeto de Dissertação ficou suspensa. O objetivo do Programa hoje é reduzir ao máximo o tempo de permanência do aluno no mesmo.

Cabe ressaltar que, embora este trabalho tenha contribuído para muitas decisões na reformulação do PPG-EES, ele é ainda bastante incompleto como dado de apoio. Seria conveniente que as entrevistas fossem submetidas ao julgamento do entrevistado com o objetivo de averiguar se o nosso tratamento expressava realmente a sua opinião e de lhe dar, ao mesmo tempo, a oportunidade de complementá-lo ou modificá-lo. A confiabilidade das sugestões seria acrescida por estudo adicional que permitisse verificar a perspectiva dos alunos, usando possivelmente um questionário. Os dados dos alunos enriqueceriam as questões levantadas pelos professores e permitiriam comparar os "problemas" detectados. A colaboração do aluno, nesse caso, seria indispensável.

Finalizando, este estudo mostra que modificações em Sistemas

Educacionais Especiais só poderão ser eficazes e atender às reais necessidades de seus agentes/usuários (professores, alunos e comunidade) se forem fundamentadas em avaliações sistemáticas e abrangentes, realizadas por pessoas envolvidas e comprometidas com a Educação Especial.

Embora de caráter descritivo, o estudo apontou vários problemas estruturais e de funcionamento que puderam ser solucionados e outros cujas soluções ficamem última instância, condicionadas e remeteram, necessariamente, a uma maior compreensão do papel da Pós-Graduação, da Pós-Graduação em Educação Especial e do impacto dessa formação na sociedade brasileira. A natureza dos muitos problemas levantados e o encaminhamento de suas soluções estão impulsionando a busca desse conhecimento, visando mudanças e/ou ajustes que possam, de fato, ser úteis para os agentes/usuários e para a sociedade que usufrui e espera de tal formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIAS, T. R. S., GOYOS, A. C. N., FERRARI, C., DALL'ALBA, L. e OMOTE, S. Caracterização da produção científica do Programa de Mestrado em Educação Especial: Dissertação de Mestrado. 1. São Carlos, 1987.
2. DURAN, A. P., TORREZAN, A. M., GOYOS, A. C. e TUNES, E. Plano de Reformulação e Funcionamento do Programa de Mestrado em Educação Especial. Trabalho inédito. São Carlos, 1985.
3. GOYOS, A. C. e DIAS, T. R. S. A concepção de autores sobre o seu objeto e modo de investigação. *Anais do I Simpósio Brasileiro Caruaru*, p.191-198, 1988.

Trabalho apresentado à XIV Reunião da ANPEd (setembro de 1991)